Estudo

RETRATOS SOCIAIS DF 2018

Pessoas com deficiência: perfil demográfico, emprego e deslocamento casa-trabalho

codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Economia do Distrito Federal

Governo do Distrito Federal

RETRATOS SOCIAIS DF 2018

Pessoas com deficiência:
perfil demográfico, emprego
e deslocamento casa-trabalho

Brasília-DF, maio de 2020

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Paco Britto
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

André Clemente Lara de Oliveira
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Jeansley Lima
Presidente

Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz
Diretora Administrativa e Financeira

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Clarissa Jahns Schlabitz
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS

- Daienne Amaral Machado - Diretora

Gerência de Estudos e Análises de Proteção Social - GEPROT/DIPOS/Codeplan

- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Gerente

Elaboração do estudo

- Karoline Trindade Dutra - Assistente I da Gerência de Estudos e Análises de Proteção Social - GEPROT/DIPOS/Codeplan (01 nov. 2018 a 15 jan. 2020)
- Victória Evellyn Costa Moraes Souza - Estagiária

Revisão Técnica

- Daienne Amaral Machado - Diretora
- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Gerente de Estudos e Análises de Proteção Social
- Vinícius Diniz Schuabb - Gerente de Estudos e Análises de Promoção Social - GEPROM/DIPOS/Codeplan

Revisão e copidesque
Heloisa Faria Herdy

Editoração Eletrônica
Maurício Suda

APRESENTAÇÃO

Este estudo integra um conjunto de análises temáticas, elaboradas por iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). A série *Retratos Sociais DF 2018* apresenta análises sociodemográficas e/ou socioeconômicas de segmentos específicos da população a partir de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2018 (PDAD 2018), priorizando a desagregação territorial e salientando heterogeneidades identificadas.

Seu objetivo é fornecer informações aos gestores públicos de políticas sociais, pesquisadores e instituições interessadas em políticas sociais no Distrito Federal. Além deste estudo, que analisa o **perfil sociodemográfico das pessoas com deficiência** do Distrito Federal, integram a série estudos sobre os seguintes segmentos/temas: i) crianças; ii) jovens; iii) mulheres; iv) pessoas com deficiência; e v) raça/cor.

A PDAD, fonte dos dados dessas análises, é uma pesquisa domiciliar de periodicidade bianual, realizada pela Codeplan. Seus dados são especialmente relevantes para subsidiar políticas públicas distritais porque identificam heterogeneidades dentro do território do DF. Os dados coletados por meio das pesquisas domiciliares nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por sua vez, têm representatividade apenas para o Distrito Federal, o município de Brasília ou a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal.[1] Desta forma, a análise dos dados da PDAD é fonte singular para a sinalização de priorizações para políticas públicas voltadas à redução de desigualdades no âmbito do Distrito Federal.

Para melhor contextualizar as análises da série Retratos Sociais DF 2018, foi calculado o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), um indicador sintético desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) para cada Região Administrativa do DF (IBEU-DF). O IBEU-DF por RA permite evidenciar heterogeneidades de bem-estar urbano entre os territórios e orientar políticas públicas para a melhoria do bem-estar da população nas regiões onde o índice aponte demandas mais expressivas.

A elaboração de todos os estudos seguiu procedimentos metodológicos similares, detalhados em seção específica no documento. Nessa seção estão destacados os procedimentos e conceitos comuns a todo esse conjunto de estudos, tornando possível o(a) leitor(a) identificar facilmente quais são as especificidades metodológicas de cada temática e, ainda, quais são as similaridades entre elas.

[1] Segundo nota metodológica da PNAD/IBGE. A pesquisa considera Brasília a capital do Distrito Federal e, assim, a denomina um município. Acessada em 11/02/2020 e disponível no seguinte sítio: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads

RESUMO

Este estudo procura traçar o perfil das pessoas com deficiência (PcD) no Distrito Federal, detalhando suas características socioedemográficas, sua inserção no mercado de trabalho e alguns possíveis desafios encontrados na mobilidade urbana. Essas informações são relevantes para identificar demandas e oportunidades para ações do poder público, da iniciativa privada e/ou da sociedade civil e aprimorar o desenho de políticas públicas focalizadas.

Os dados da PDAD mostram que, em 2018, viviam 139.708 pessoas com alguma deficiência no Distrito Federal, o correspondente a 4,8% da população. A proporção de pessoas com deficiência era maior nas RAs de média-baixa e baixa renda, entre a população feminina e idosa. Os tipos de deficiências predominantes entre a população do Distrito Federal eram a visual e motora.

Em termos de escolaridade e empregabilidade, as pessoas com deficiência se encontravam em situação pior à das sem deficiência. Destaca-se que o percentual de pessoas com deficiência de 25 anos ou mais com ensino superior completo era cerca de 15 pontos percentuais menor que da população sem deficiência. A proporção de pessoas com deficiência que trabalhavam era inferior à das sem deficiência em, aproximadamente, 22,1 pontos percentuais. Os resultados evidenciam que há necessidades de outros estudos para compreender as razões das diferenças e por políticas/programas para aumentar a inserção da PcD no ensino superior. Também foi identificado que há demanda para a atuação pública, privada e da sociedade civil voltada para a inclusão da população com deficiência no mercado laboral. Alternativas como treinamento profissionalizante, preparação para entrada no mercado de trabalho e apoio na interlocução entre candidato-empresa são exemplos de ações que devem ser pensadas para esse público.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO 7

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS 9

2.1. Procedimentos e conceitos comuns a outros estudos da série “Retratos sociais 2018” 9

2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 9

2.1.2. Organização do território: agrupamento por Regiões Administrativas 9

2.2. Procedimentos e conceitos específicos deste estudo 11

2.2.1. Pessoas com deficiência 11

2.2.2. Análises descritivas 12

3. RESULTADOS 14

3.1. O perfil das pessoas com deficiência no Distrito Federal 14

3.1.1. Proporção de pessoas com deficiência e tipo da deficiência 14

3.1.2. Perfil Sociodemográfico 15

3.1.3. Acesso a plano de saúde 18

3.1.4. Aspectos de escolaridade 18

3.2. Empregabilidade das pessoas com deficiências 20

3.2.1. Situação de ocupação 20

3.2.2. Trabalho formal 21

3.2.3. Posição na ocupação 21

3.2.4. Setor de atividades 22

3.2.5. Renda no trabalho principal 23

3.2.6. Tipo de benefício 25

3.3. Condições de mobilidade urbana das pessoas com deficiências 26

3.3.1. Tempo de deslocamento casa-trabalho 26

3.3.2. Meio de transporte utilizado no descolamento casa-trabalho 27

4. DISCUSSÃO 29

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 34

APÊNDICE 36

Apêndice A - Tabelas de informações para pessoas sem deficiência 37

Apêndice B - Número e percentual de pessoas com deficiência por RA 38

1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta o perfil das pessoas com deficiência (PcD) no Distrito Federal, detalha suas características socioedemográficas, a inserção no mercado de trabalho e os desafios encontrados no deslocamento casa-trabalho. As análises foram elaboradas com dados da PDAD 2018, trazendo resultados representativos por Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal. Comparativamente com as pessoas sem nenhum tipo de deficiência, as pessoas com deficiência no DF apresentam renda média mensal menor, são mais dependentes de transporte público e possuem menores níveis educacionais. Esta análise visa subsidiar o planejamento de políticas governamentais e ações da sociedade civil voltadas para as pessoas com deficiência, no que tange à desigualdade socioeconômica, à inserção no mercado de trabalho e à mobilidade urbana.

A definição de pessoas com deficiência na legislação brasileira pode ser encontrada no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015): "Considera-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015). O Brasil incorporou essa convenção por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência assinada em Nova York, em março de 2007.

Estima-se que vivem no mundo mais de um bilhão de pessoas, aproximadamente 15% da população com alguma forma de deficiência (OMS, 2012).[2] No Brasil, os dados fornecidos pelo Censo de 2010 apontam que haviam 12,5 milhões de brasileiros com deficiência, o correspondente a 6,7% da população brasileira[3] (IBGE, 2010). No Distrito Federal, os dados da PDAD 2018 estimam 139.708 pessoas com alguma deficiência, o equivalente a 4,8% da população do DF (PDAD, 2018).

Mesmo com grandes avanços legislativos em prol das pessoas com deficiência, observados mundialmente nas últimas décadas, há, ainda, diversas barreiras para a plena inclusão e participação de pessoas com deficiência em suas comunidades, como: acesso a serviços de saúde, educação, emprego, transporte e a espaços de decisão. Essas dificuldades são ampliadas, principalmente, quando as pessoas com deficiência vivem em áreas que apresentam maiores índices de pobreza (OMS, 2012; ONU, 2019).

A Agenda 2030 promove o entendimento de que o desenvolvimento sustentável para todos somente será alcançado se as pessoas com deficiência forem incluídas de maneira igualitária em relação às que não têm alguma deficiência na sociedade. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam indicadores e metas explicitamente relacionados a pessoas com deficiência, como o fim da pobreza e da fome para todas as pessoas com deficiência, a garantia de uma vida saudável, a promoção do bem-estar, a

[2] Essas estimativas foram realizadas pela OMS com base nas pesquisas: Pesquisa Mundial de Saúde e Carga Global de Doenças, ambas de 2004. Existe uma grande dificuldade para a comparabilidade internacional de dados sobre pessoas com deficiência a partir de censos demográficos e pesquisas amostrais realizadas pelos próprios países. A definição do que é deficiência e a forma de coleta variaram nos últimos anos, e o esforço de padronização mundial em relação a esse fenômeno é recente (OMS, 2012).

[3] Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 estimam um percentual de 6,2% de pessoas com deficiência na população brasileira (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018).

garantia de educação inclusiva e equitativa, a promoção de inclusão produtiva e trabalho decente, entre outros (ONU, 2019).

Em consonância, a Codeplan, no ano de 2018, inovou ao incorporar na lista de perguntas da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) questões mais específicas sobre pessoas com deficiência.[4] As perguntas incluídas na pesquisa permitiram, além de identificar a quantidade de pessoas por tipo de deficiência, observar informações sobre seu perfil sociodemográfico. Assim, permitem a comparação do perfil de pessoas com deficiência ao de pessoas sem deficiência.[5] A análise desses dados pode auxiliar no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas que busquem a prevenção, reabilitação e inclusão social de PcD no Distrito Federal.

Este estudo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção trata dos aspectos metodológicos da pesquisa. A terceira exibe os resultados, com subseções sobre o perfil das pessoas com deficiência, aspectos de emprego e renda e o deslocamento casa-trabalho. A quarta seção discute os principais resultados e faz algumas considerações sobre políticas públicas para pessoas com deficiência desenvolvidas no Brasil e no Distrito Federal. Considerações finais são apresentadas na última seção.

[4] Suprindo a demanda governamental posta pela Lei do Distrito Federal nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que afirma em seu art. 4º, parágrafo único que: "...O poder público deve buscar ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de modo a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações com deficiência" (DISTRITO FEDERAL, 2015).

[5] Tal comparação é realizada conforme orientação do documento referência das Nações Unidas (ONU, 2001), investigando barreiras e facilitadores à equalização de oportunidades entre a população.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os aspectos metodológicos deste estudo para análise dos dados da PDAD 2018 e apresentação dos resultados para a população com deficiência no Distrito Federal.

2.1. Procedimentos e conceitos comuns a outros estudos da série "Retratos sociais 2018"

2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos da PDAD 2018.[6] A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) é realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) e investiga aspectos demográficos, migração, condições sociais e econômicas, situações de trabalho e renda, características do domicílio, condições de infraestrutura urbana, entre outras informações, de modo a oferecer um diagnóstico detalhado da situação atual do Distrito Federal.

A pesquisa é realizada junto aos domicílios urbanos e rurais com as características urbanas do DF. O desenho amostral é do tipo probabilístico, com representatividade estatística para as Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal. Sua periodicidade bianual possibilita uma análise longitudinal de diversos indicadores da Capital Federal, permitindo um acompanhamento da evolução das condições de vida da população brasiliense (CODEPLAN, 2019).

Na edição de 2018, a PDAD coletou informações de 69.654 pessoas, residentes em 21.908 domicílios, entre os meses de março e outubro de 2018. A amostra coletada representa 2.881.854 pessoas, residentes em 883.437 domicílios do Distrito Federal. A pesquisa foi desenhada para coleta nas 31 Regiões Administrativas então existentes.[7]

2.1.2. Organização do território: agrupamento por Regiões Administrativas

As análises deste estudo - e dos demais estudos da série "Retratos Sociais 2018" - são apresentadas utilizando a mesma organização do território utilizada pela PDAD 2018 e pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF (PED/DF). As RAs são agrupadas em quatro grupos, seguindo critério de renda domiciliar média de cada RA (CODEPLAN, 2018), conforme apresentado no Quadro 1.

[6] Os microdados utilizados neste estudo têm como data de referência 26/11/2019.

[7] Em 2019 foram criadas duas novas Regiões Administrativas Sol Nascente e Pôr do Sol. (RA XXXII) e Arniqueiras (RA XXXIII), para as quais não existem informações específicas na PDAD 2018.

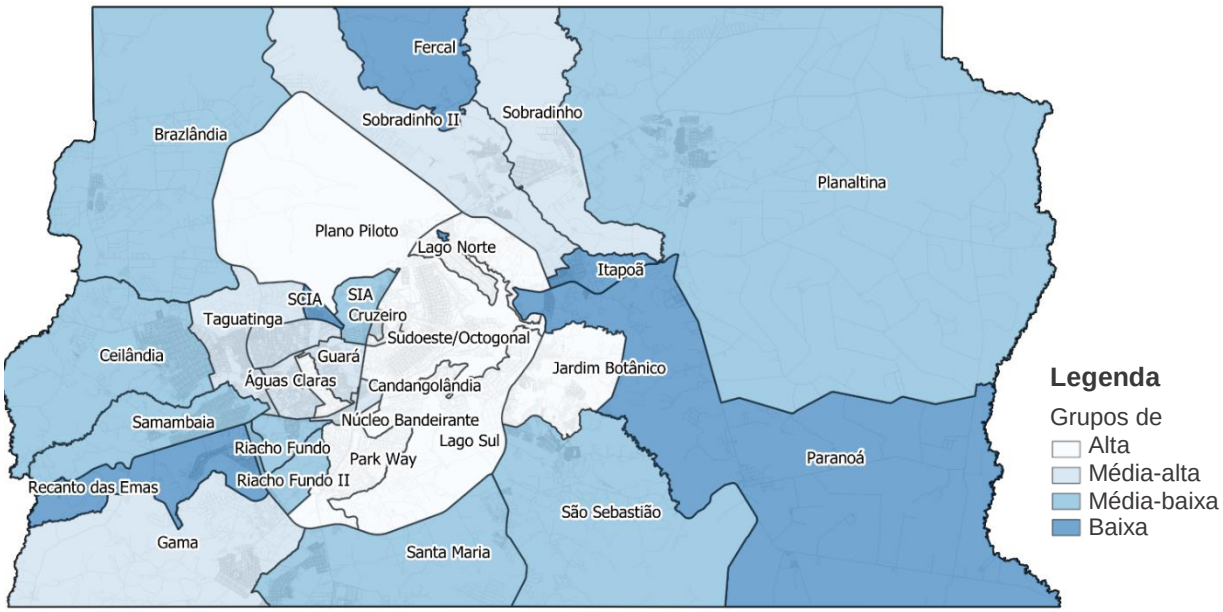
Quadro 1 - Especificações dos grupos da PED. Distrito Federal, 2018

Classificação da renda	Regiões Administrativas	População total estimada em 2018	Renda domiciliar média	Grupo de renda
Alta	Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal	384.913	R$ 15.622,00	1
Média-alta	Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires	916.651	R$ 7.266,00	2
Média-baixa	Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião	1.269.601	R$ 3.101,00	3
Baixa	Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA-Estrutural e Varjão	310.689	R$ 2.472,00	4

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

A distribuição dos grupos no território pode ser observada no Mapa 1. Observa-se que as RAs de alta renda são contíguas, enquanto as demais estão dispersas. O grupo de renda média-alta concentra um terço das RAs e o grupo de renda média-baixa abriga a Região Administrativa denominada Setor de Indústria e Abastecimento, cujas características de uso fazem dessa área uma região com poucas habitações.

Mapa 1 - Regiões Administrativas por grupos da PED. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Os estudos da série Retratos Sociais DF 2018 apresentam, de uma forma geral, todos os resultados por grupos de RA. Contudo, a PDAD não é capaz de fornecer estimativas precisas para grande parte das informações de PcD por RAs em razão do seu

desenho amostral e da baixa prevalência[8] de deficiências na população. Desse modo, a maior parte dos resultados neste trabalho serão apresentados para o território do Distrito Federal. As exceções são a proporção de pessoas com alguma deficiência, que será apresentada por Regiões Administrativas; e a prevalência por tipo de deficiência, que será apresentada por grupos de RAs, agrupadas conforme a renda média da PED.

2.2. Procedimentos e conceitos específicos deste estudo

2.2.1. Pessoas com deficiência

Além da definição apresentada na introdução, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresenta-se neste estudo a definição metodológica de pessoas com alguma deficiência,[9] pessoas que possuem grande dificuldade ou não conseguem de modo algum realizar atividades como enxergar, ouvir, caminhar/subir degraus, ou que possuem deficiência mental/intelectual limitadora. Essa definição está em consonância com a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizada no Censo de 2010. O Quadro 2 exibe as perguntas da PDAD 2018 que foram utilizadas para a classificação das pessoas com deficiência.

Quadro 2 - Perguntas da PDAD 2018 relacionadas a pessoas com deficiência

E06 - Tem dificuldade permanente de enxergar? (Se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando) ( ) Sim, alguma dificuldade **(x) Sim, grande dificuldade** **(x) Sim, não consegue de modo algum** ( ) Não, nenhuma dificuldade
E07 - Tem dificuldade permanente de ouvir? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando) ( ) Sim, alguma dificuldade **(x) Sim, grande dificuldade** **(x) Sim, não consegue de modo algum** ( ) Não, nenhuma dificuldade
E08 - Tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando) ( ) Sim, alguma dificuldade **(x) Sim, grande dificuldade** **(x) Sim, não consegue de modo algum** ( ) Não, nenhuma dificuldade
E09 - Tem alguma deficiência mental/intelectual permanente? ( ) Sim, mas não é limitadora **(x) Sim, limitadora** ( ) Não

[8] Prevalência é a "proporção de pessoas em uma população que apresentam uma determinada doença ou agravo à saúde, como a existência de deficiências. Aplica-se o termo prevalência a estudos transversais, onde o fenômeno é avaliado em um único momento no tempo" (IBGE, 2012).

[9] Nesse estudo são utilizadas como sinônimos as expressões "pessoas com alguma deficiência", "pessoas com alguma forma de deficiência" e "pessoas com deficiência".

2.2.2. Análises descritivas

A análise descritiva de pessoas com deficiência do Distrito Federal, a partir dos dados da PDAD 2018, será realizada com relação aos seguintes tópicos: 1) perfil sociodemográfico, 2) trabalho e renda, e 3) mobilidade urbana. Os Quadros 3, 4 e 5 apresentam, respectivamente, quais indicadores da PDAD 2018 foram utilizados para a análise de cada tópico.

A) **Indicadores sociodemográficos**

Quadro 3 - Indicadores selecionados para análise do perfil sociodemográfico das pessoas com deficiência

Grupo	Nº	Indicador
Demográfico	1	Número absoluto e percentual de pessoas com alguma deficiência no Distrito Federal e Regiões Administrativas
	2	Percentual de pessoas por tipo de deficiência no Distrito Federal e grupos de renda
	3	Percentual de pessoas com deficiência por faixa etária
	4	Percentual de pessoas com deficiência por sexo
	5	Percentual de pessoas com deficiência por raça/cor
	6	Percentual de pessoas com deficiência por estado civil*
	7	Percentual de pessoas com deficiência por arranjo familiar*
	8	Percentual de pessoas com deficiência de 25 anos ou mais por nível de escolaridade mais alto concluído*
	9	Percentual de pessoas com deficiência menores de 25 anos por frequência à escola*
	10	Percentual de pessoas com deficiência que possuem plano de saúde*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.
(*) Para fins de comparação, esses indicadores também foram calculados para pessoas sem deficiência.

B) **Indicadores sobre emprego e renda**

Quadro 4 - Indicadores selecionados para análise do perfil de emprego e renda das pessoas com deficiência

Grupo	Nº	Indicador
Emprego e renda	1	Percentual de pessoas com deficiência por situação de ocupação
	2	Percentual de pessoas com deficiência aposentadas
	3	Percentual de pessoas com deficiência pensionistas
	4	Percentual de pessoas com deficiência que recebem benefícios sociais
	5	Percentual de pessoas com deficiência por posição na ocupação
	6	Número e percentual de pessoas com deficiência por setor de atividade
	7	Percentual de pessoas com deficiência por situação de assinatura de carteira de trabalho
	8	Renda média e mediana do trabalho principal de pessoas com deficiência, por tipo de deficiência

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.
(*) Para fins de comparação, esses indicadores também foram calculados para pessoas sem deficiência.

C) **Indicadores sobre o deslocamento casa-trabalho**

Quadro 5 - Indicadores selecionados para análise sobre mobilidade urbana das pessoas com deficiência

Grupo	Nº	Indicador
Mobilidade urbana	1	Percentual de pessoas com deficiência por tempo de deslocamento casa-trabalho
	2	Percentual de pessoas com deficiência por tipo de transporte utilizado para ir ao trabalho

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.
(*) Para fins de comparação, esses indicadores também foram calculados para pessoas sem deficiência.

3. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da análise dos dados da PDAD 2018 sobre o perfil sociodemográfico, a empregabilidade e aspectos de mobilidade das pessoas com deficiência do Distrito Federal.

Pode-se observar que, no Distrito Federal, pessoas com deficiência representam maior parcela da população de Regiões Administrativas com menor renda média. Além disso, a proporção de pessoas com deficiência que possuem plano de saúde privado, 31%, é significativamente menor do que as pessoas sem alguma deficiência, 36%. Pessoas idosas, com mais de 60 anos, são as que apresentam maior proporção de deficientes, 14,8%. O tipo de deficiência com maior incidência no DF é a visual (2,7%), seguida pela motora (1,5%). Pessoas com deficiência, ainda, apresentam menor escolaridade, menor participação no mercado de trabalho e maior dependência de transporte público para o deslocamento casa-trabalho do que pessoas sem algum tipo de deficiência.

3.1. O perfil das pessoas com deficiência no Distrito Federal

3.1.1. Proporção de pessoas com deficiência e tipo da deficiência

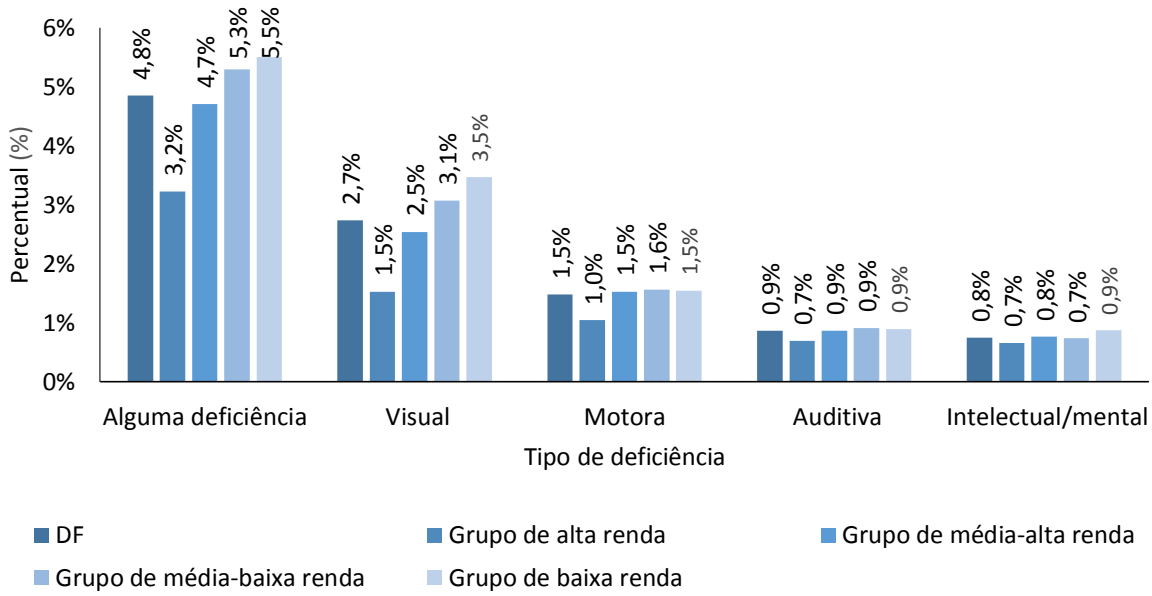
Em 2018, viviam no Distrito Federal 139.708 pessoas com alguma deficiência, o que correspondia a 4,8% da população. O Mapa 2 apresenta a proporção de pessoas com deficiência com relação à população de cada Região Administrativa. As RAs com maiores proporções de pessoas com deficiência entre as suas populações eram Varjão (9,1%), Gama (7,9%) e Recanto das Emas (7,1%). Já as com menores proporções de pessoas com deficiência eram Park Way (2,2%), Sudoeste/Octogonal (2,3%), Águas Claras (2,5%) e Lago Sul (2,5%). Mais informações podem ser consultadas no Apêndice B - Tabela B.1.

Mapa 2 - Percentual de pessoas com deficiência em relação à população da RA, por Regiões Administrativas. Distrito Federal, 2018

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.
Nota: A RA SIA foi desconsiderada na análise. Trata-se de uma Região Administrativa com características industriais.

O tipo de deficiência com maior predominância no Distrito Federal era a visual, 2,7% da população declararam possuí-la. Em seguida, a deficiência motora era a segunda mais observada, em 1,5% da população. As deficiências dos tipos auditiva e intelectual/mental apresentavam taxa de incidência de 0,9% e 0,8%, respectivamente. Além disso, o percentual de pessoas com alguma deficiência era maior nas RAs de baixa renda (5,5%) e de média-baixa renda (5,3%) em comparação com as RAs de renda alta (3,2%) e média-alta (4,7%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Proporção de pessoas com deficiência em relação à população total, por tipos de deficiência e grupos de RAs por renda média da PED. Distrito Federal, 2018



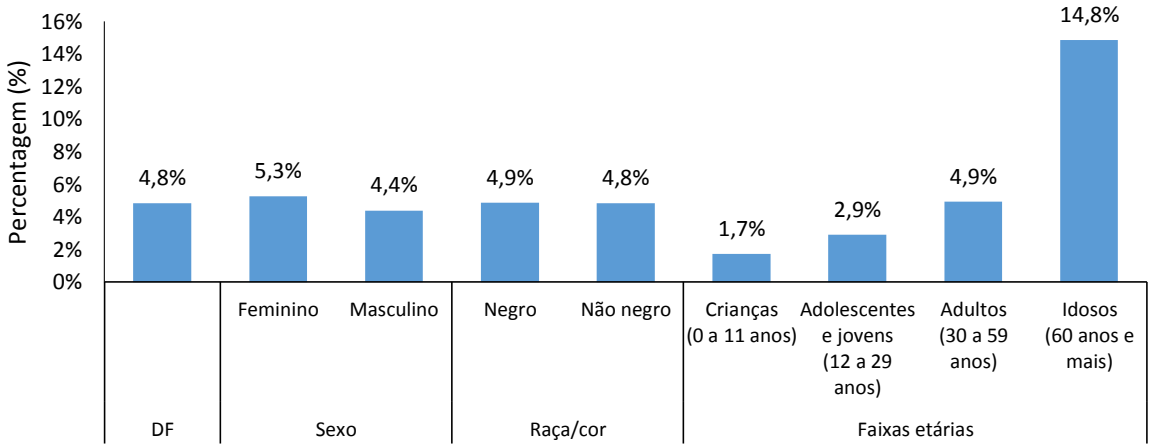
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

3.1.2. Perfil Sociodemográfico

A análise dos dados da PDAD permitiu observar uma maior prevalência de pessoas com deficiência entre as mulheres (5,3%) do que entre os homens (4,4%)[10] no Distrito Federal. No entanto, não foram observadas diferenças significativas na análise da população por raça/cor. Em relação à faixa etária, observa-se que a proporção de pessoas com deficiência aumenta com a idade. Isso pode ser esperado, já que algumas dificuldades de visão, audição e locomoção são inerentes ao envelhecimento; e outras são adquiridas ao longo da vida quando, por exemplo, as pessoas sofrem algum acidente. O percentual de idosos com alguma deficiência é quase três vezes maior que o, de adultos com alguma deficiência. Tal proporção de aumento também pode ser observada na comparação do percentual de deficientes entre adultos e crianças (Gráfico 2).

[10] Cabe destacar que no Distrito Federal há mais mulheres do que homens. As mulheres representam 52,2% da população, enquanto os homens são 47,8%.

Gráfico 2 - Proporção de pessoas com alguma deficiência, por sexo, raça e faixa etária. Distrito Federal, 2018

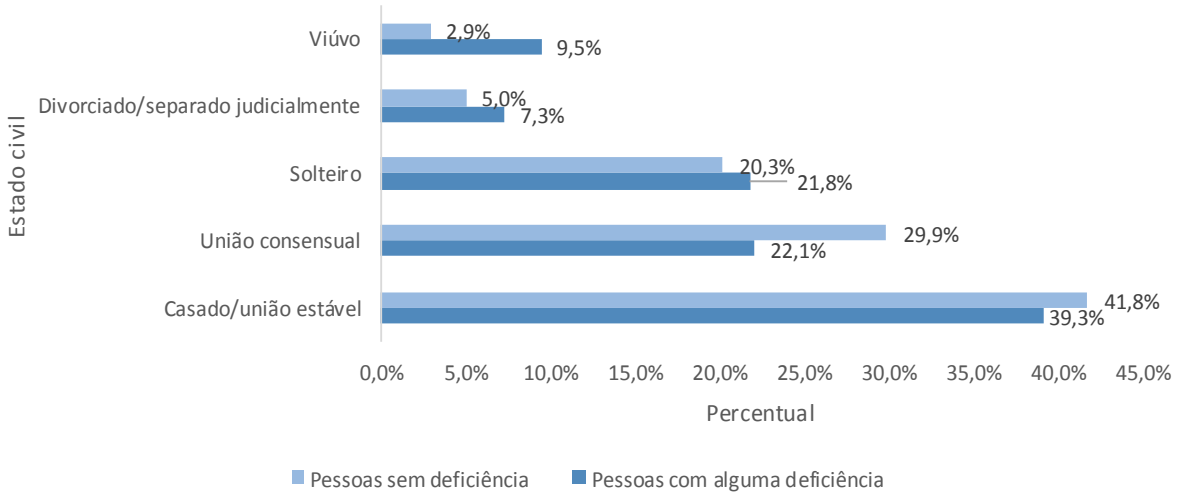


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

A maioria das pessoas com deficiência do Distrito Federal estavam casadas ou em união consensual,[11] segundo os dados da PDAD 2018. O percentual de pessoas com deficiência casadas era de 39,3%. Já o percentual de PcD que eram solteiras ou estavam em uma união consensual era próximo, 21,8% e 22,1%, respectivamente. A proporção de separados e viúvos também era próxima, 7,3% e 9,5%, respectivamente. Entre as pessoas sem deficiência, a proporção de casadas e solteiras é bem próxima a das PcD, 41,8% e 20,3%, respectivamente. Já casos de união consensual são observados em maior proporção entre as pessoas sem deficiência, 29,9%, comparado a 22,1% das PcD. Já a proporção de viúvos e separados é maior entre as com deficiência, em relação às pessoas sem deficiência, que representaram 2,9% e 5% da população sem deficiência, respectivamente (Veja Apêndice A - Tabela A.1).

[11] Para a análise do estado civil das pessoas com deficiência no Distrito Federal, este estudo criou a categoria dos que vivem em união consensual; são elas as solteiras, viúvas ou separadas/divorciadas mas que vivem com um companheiro/cônjuge.

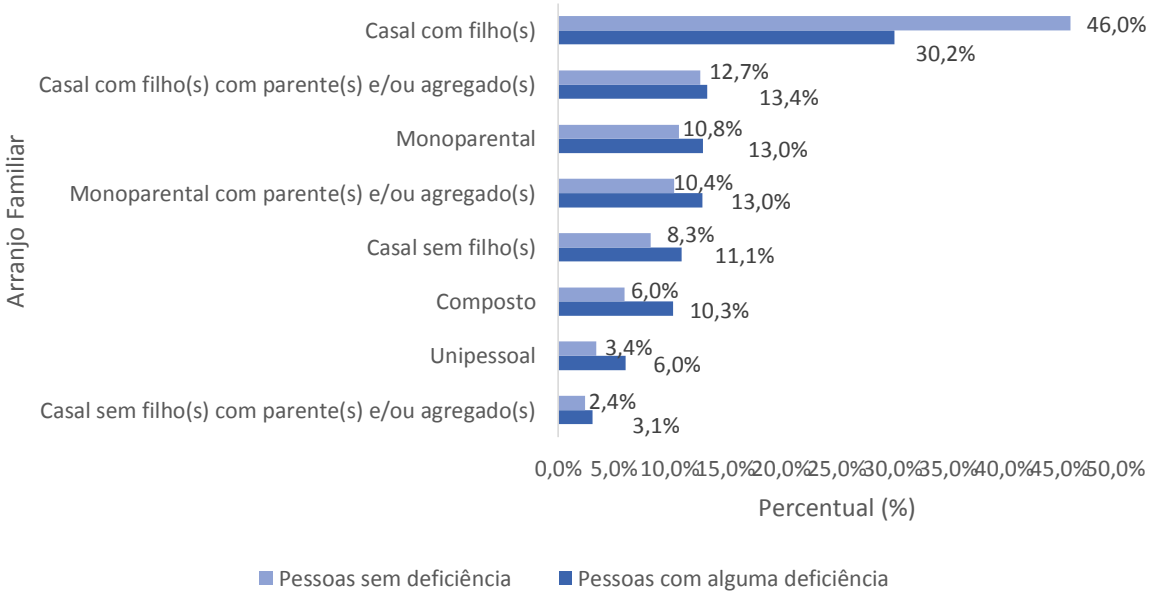
Gráfico 3 - Proporção de pessoas com deficiência por estado civil. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.[12]

A análise dos dados da PDAD 2018 ainda permite observar significativas diferenças entre o arranjo familiar em que pessoas com deficiência estão inseridas, comparativamente ao de pessoas sem deficiência. Apesar de o arranjo familiar casal com filhos ser o predominante entre as pessoas com deficiência, 30,2%, é menor do que o observado para as sem deficiência, 46,0%. Pessoas com deficiência estavam inseridas, em maior proporção do que as sem deficiência, em todos os outros arranjos familiares: monoparentais (13,0% e 10,8%, respectivamente), casal sem filhos (11,1% e 8,3%, respectivamente), compostos (10,3% e 6%, respectivamente), unipessoais (6,0% e 3,4%, respectivamente) e casal sem filhos com algum parente ou agregado (3,1% e 2,4%, respectivamente) (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Proporção de pessoas com alguma deficiência e sem deficiência, por arranjo familiar. Distrito Federal, 2018



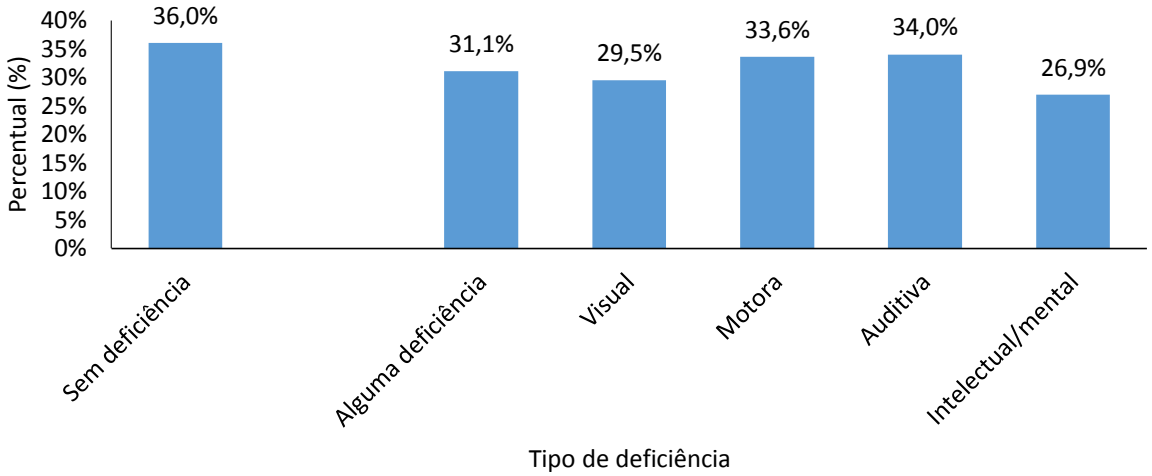
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

[12] Aos dados de estado civil da PDAD (solteiro, casado/união registrada no cartório, viúvo, divorciado/separado judicialmente) foi acrescentada a informação do percentual de pessoas que vivem em união consensual, mas não possuem nenhuma formalização que altere o estado civil, criando, assim, essa outra categoria de estado civil.

3.1.3. Acesso a plano de saúde

Segundo os dados da PDAD 2018, a proporção de pessoas com deficiência, no Distrito Federal, que possuem plano de saúde privado é significativamente menor do que a de pessoas sem alguma deficiência, 31,1% e 36,0%, respectivamente. Entre as pessoas com diferentes tipos de deficiência, o acesso a esse serviço é maior entre as com deficiência auditiva (34,0%) e motora (33,6%), em contraste com as que têm deficiência intelectual/mental e visual, com 26,9% e 29,5% de pessoas com planos de saúde privado, respectivamente.

Gráfico 5 - Percentual de pessoas com deficiência que possuem plano de saúde, por tipo de deficiência. Distrito Federal, 2018



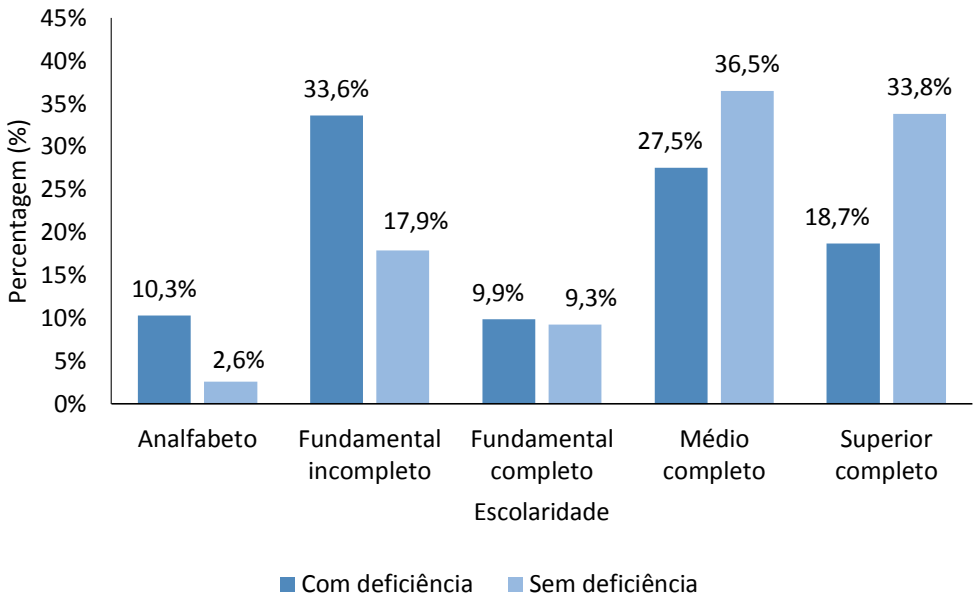
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

3.1.4. Aspectos de escolaridade

Para a análise de escolaridade das pessoas com deficiência do Distrito Federal, comparativamente com as sem deficiência, este estudo trabalha com dois recortes etários. O primeiro recorte, pessoas com 25 anos ou mais será utilizado para a análise do maior nível de escolaridade alcançado. Já o segundo com pessoas com menos de 25 anos, para observar a proporção dos que ainda frequentam à escola.

No Gráfico 6, verifica-se considerável distinção nos níveis de escolaridade entre as pessoas com 25 anos ou mais com e sem deficiência do DF. Segundo os dados da PDAD 2018, entre as pessoas com deficiência, 10,3% eram analfabetas; enquanto entre a população sem deficiência, esse percentual era de apenas 2,6%. O nível de escolaridade que as pessoas com deficiência apresentavam em maior proporção era o ensino fundamental incompleto, 33,6%. Em contraste, entre a população sem deficiência, esse percentual era de 17,9%. O nível de ensino fundamental completo foi o que apresentou proporção mais próxima entre os dois grupos estudados, 9,9% entre as PcD e 9,3% entre as pessoas sem deficiência. O percentual de pessoas com deficiência que alcançaram o ensino médio completo era de 27,5%, e entre as sem deficiências, era de 36,5%, uma diferença de 9 pontos percentuais. Já a diferença entre a proporção de pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior completo era significativamente grande entre o grupo de pessoas com deficiência (18,7%) e as sem deficiência (33,8%), de 15,1 pontos percentuais.

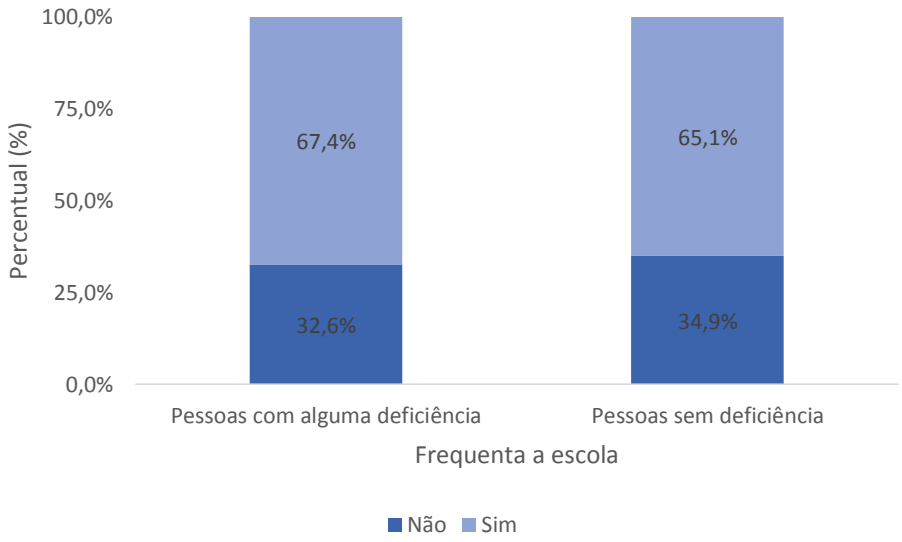
Gráfico 6 - Percentual de pessoas com e sem alguma deficiência de 25 anos ou mais, por nível de escolaridade. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

A análise de frequência à escola para os menores de 25 anos do Distrito Federal pode ser observada no Gráfico 7. Não foram observadas significativas diferenças entre pessoas com e sem deficiência. Entre as pessoas com deficiência, 67,4% estavam frequentando a escola, enquanto entre as pessoas sem deficiência, 65,1%; proporções não muito distintas.

Gráfico 7 - Percentual de pessoas com e sem deficiência menores de 25, por frequência à escola. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

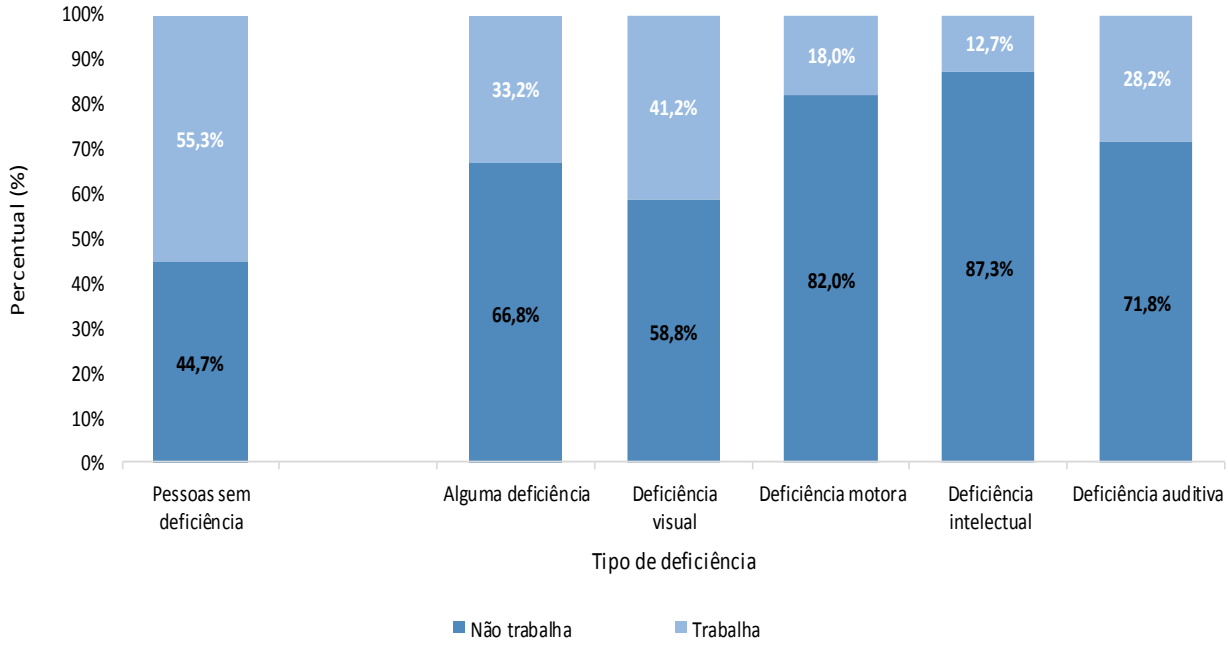
3.2. Empregabilidade das pessoas com deficiências

3.2.1. Situação de ocupação

Para a análise da situação de ocupação das pessoas com deficiência no Distrito Federal, foram utilizadas as informações da PDAD 2018 para pessoas com 14 anos ou mais, comparativamente com a das pessoas sem deficiência e para os diferentes tipos de deficiência retratados pela pesquisa. O percentual de pessoas com alguma deficiência que possuíam emprego era de 33,2%. Ou seja, aproximadamente, uma em cada três pessoas com alguma deficiência possuía emprego, enquanto mais da metade, 55,3%, das pessoas sem deficiência, com 14 anos ou mais, encontravam-se ocupadas.

Além disso, há significativas diferenças entre pessoas com os diferentes tipos de deficiência. Observa-se que as com deficiência visual eram as que estavam proporcionalmente mais empregadas, em comparação com as que possuíam outras deficiências. Aproximadamente, quatro em cada dez pessoas com essa deficiência possuíam emprego, 41,2%. Em seguida, a população com deficiência auditiva era a segunda com maior proporção de pessoas trabalhando, 28,2%. Entre as com deficiência motora, 18,0% trabalhavam; entre as com deficiência intelectual, 12,7%. Cabe relembrar que a deficiência visual é a que apresenta maior prevalência na população, seguida pela motora, auditiva e intelectual/mental (2,7%, 1,5%, 0,9 e 0,8% respectivamente). Ou seja, apesar da deficiência motora ser mais prevalente na população do que a auditiva, há um percentual muito próximo de pessoas com alguma deficiência auditiva trabalhando com relação as de pessoas com deficiência motora. Ainda, destaca-se que 19,5% das pessoas com alguma deficiência no Distrito Federal que não trabalhavam e não possuíam outra fonte de renda, como aposentadoria, pensão ou benefício social, afirmaram ter procurado trabalho nos 30 dias anteriores à data de referência da pesquisa.

Gráfico 8 - Percentual de pessoas com e sem deficiência, por tipo de deficiência e situação de ocupação. Distrito Federal, 2018

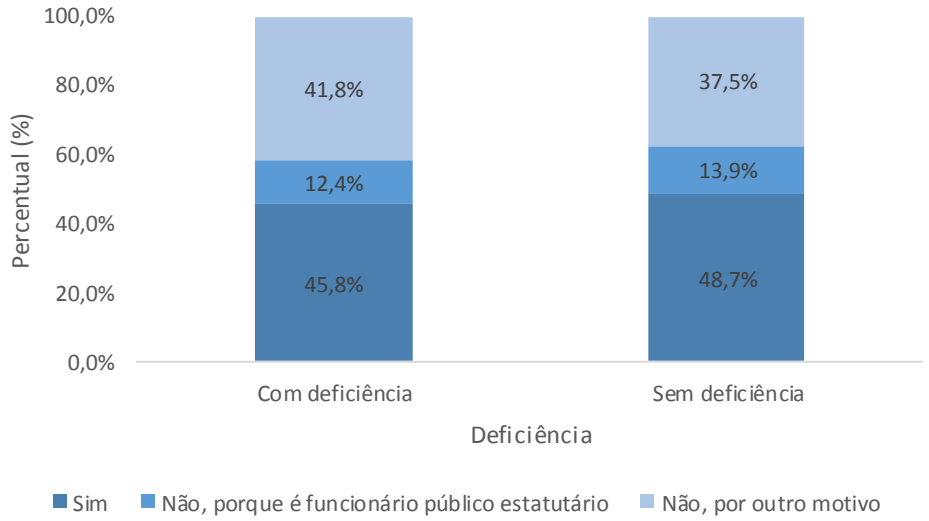


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

3.2.2. Trabalho formal

Entre as pessoas com deficiência ocupadas, apenas 45,8% delas possuíam carteira de trabalho assinada. Esse percentual é ligeiramente menor que o da população sem deficiência, 48,7%. As PcD que não possuíam carteira de trabalho assinada por serem funcionários públicos estatutários correspondiam a 12,4%, também, similar às pessoas sem deficiência, 13,9%. Entre as com deficiência, 41,8% não possuíam carteira assinada por outros motivos, percentual maior que das pessoas sem deficiência, 37,5%. Vale destacar que a proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada, por outros motivos é uma aproximação para a proporção da população que está no mercado informal de trabalho.

Gráfico 9 - Percentual de pessoas com e sem deficiência com carteira de trabalho assinada. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

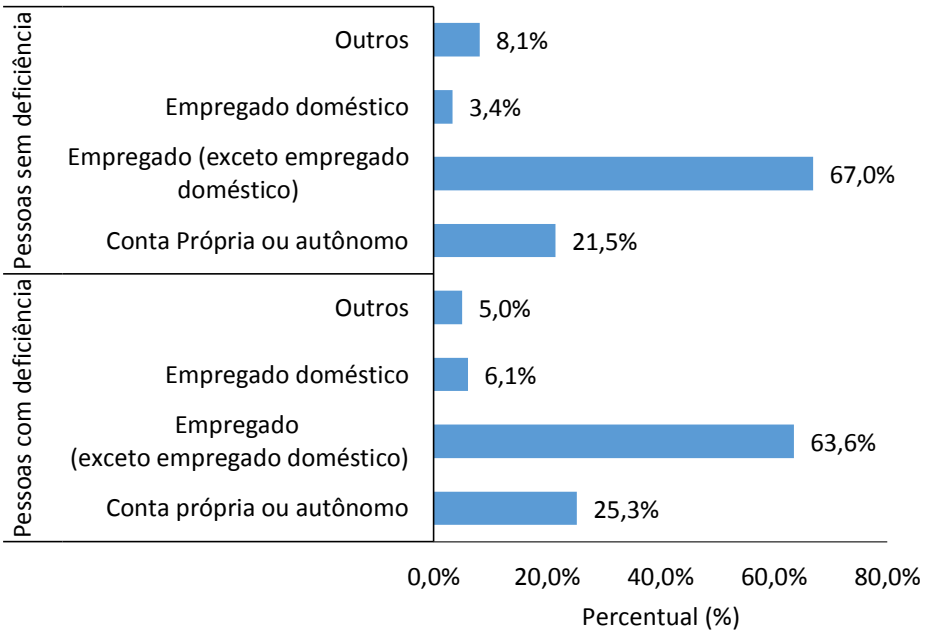
3.2.3. Posição na ocupação

Aproximadamente seis em cada dez pessoas com alguma deficiência que trabalhavam se encontravam ocupadas na posição de empregado (exceto empregado doméstico), 25,3% trabalhavam por conta própria ou como autônomas, 6,1% na posição de empregado doméstico e 5,0% em outras posições de trabalho.[13]

Entre as pessoas sem deficiência, também há uma concentração do trabalho como empregado (exceto empregado doméstico), 67%. Havia um menor percentual de pessoas que trabalhavam por conta própria ou autônomo, 21,5%, e empregados domésticos, 3,4%. A proporção de pessoas sem deficiência na categoria outros, 8,1%, revela uma maior quantidade de pessoas atuando como empregador, militares ou policiais em comparação às pessoas com deficiência.

[13] A categoria outros incorpora as posições de empregador e de trabalhadores de serviços militares ou policiais.

Gráfico 10 - Percentual de pessoas com e sem deficiência, por posição na ocupação. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

3.2.4. Setor de atividades

Segundo os dados da PDAD, a maior parte da população com deficiência ocupada atuava no setor de serviços. O setor de atividades que envolve comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas empregava 19,6% das pessoas ocupadas com deficiência. Os setores de educação, cultura, esportes, atividades científicas e técnicas empregavam 9,3% da população com alguma deficiência. E outras atividades de serviços somadas empregavam 29,6% das pessoas com deficiência.

Entre a população sem deficiência, outras atividades de serviço também eram as atividades que empregavam a maior proporção de pessoas, 29,4%. Em seguida, os principais setores de atividade se invertem em comparação aos setores em que as PcD estavam ocupadas. A atividade de educação, cultura, esportes, atividades científicas e técnicas, era a segunda maior, empregava 18,5% da população sem deficiência. E a terceira era a de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 10,4%.

Tabela 1 - Número e percentual de pessoas com deficiência por setor de atividade. Distrito Federal, 2018

Setor de atividade	Com deficiência		Sem deficiência	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Saúde humana e serviços sociais	2.488	5,8%	79.870	6,6%
Construção, transporte, armazenagem e correios	2.805	6,5%	98.696	8,2%
Atividades administrativas e serviços complementares	2.806	6,5%	75.629	6,3%
Administração pública, defesa e seguridade social	3.782	8,8%	111.477	9,2%
Serviços domésticos	3.801	8,8%	74.182	6,1%
Educação, cultura, esportes, atividades científicas e técnicas	4.012	9,3%	223.748	18,5%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	8.432	19,6%	126.136	10,4%
Outras atividades de serviços	12.728	29,6%	354.683	29,4%
Outros	2.104	4,9%	62.635	5,2%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

3.2.5. Renda no trabalho principal

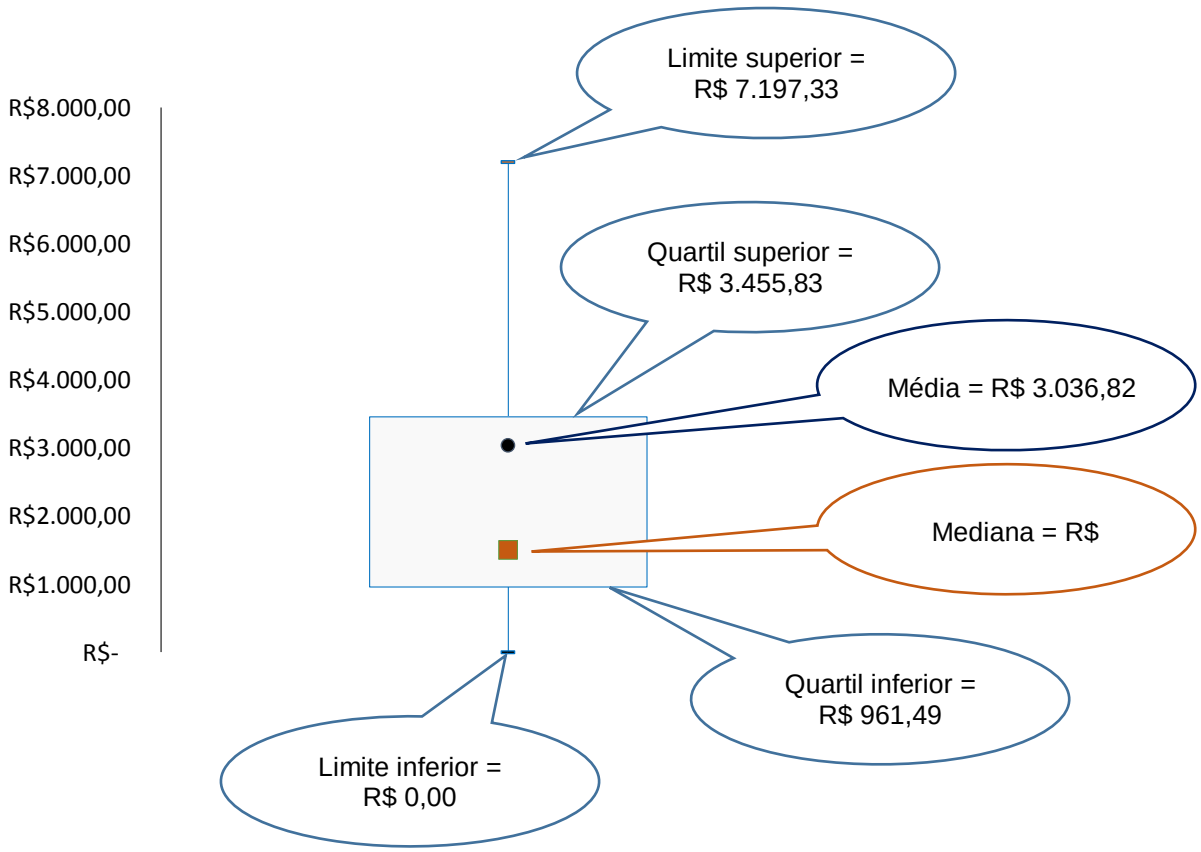
Para analisar a renda do trabalho principal foi elaborado um diagrama de caixa (*boxplot*) a partir da distribuição da renda dos grupos de pessoas com ou sem deficiência, e para pessoas com cada tipo de deficiência analisados. O *boxplot* elaborado exibe os limites superiores e inferiores da distribuição dos dados,[14] assim como, a média[15] e a mediana.[16] A Figura 1 apresenta um diagrama de caixa para a distribuição de renda do trabalho principal das pessoas com alguma deficiência.

[14] Os limites inferiores e superiores são utilizados quando a distribuição possui valores muito extremos. Na ausência de valores extremos, é comum utilizar os valores máximo e mínimos da distribuição (AGRESTI; FINLAY, 2009).

[15] A média aritmética é o resultado da soma de todos os valores dividido pelo número de observações da distribuição.

[16] A mediana é o valor central de uma distribuição, dado o seu número de observações.

Figura 1 - Exemplo de diagrama de caixa (*boxplot*). Distribuição da renda do trabalho principal de pessoas com deficiência. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.
Nota: O quadrado laranja representa à mediana e a bola preta, a média.

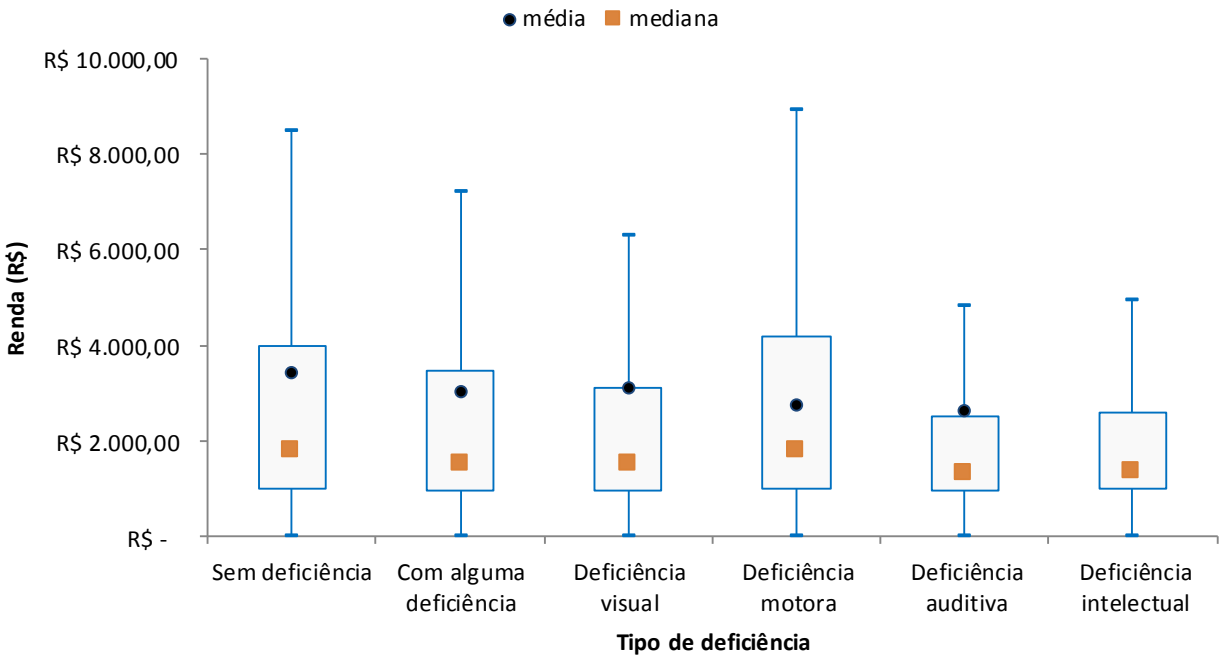
A análise do Gráfico 11 permite observar que as médias estão distantes da mediana, e que os limites superiores estão afastados do 3º quarto da distribuição para as populações analisadas. Esses dados mostram que a renda do trabalho principal é bem diferente entre as pessoas analisadas, e que os valores de renda mais altos estão elevando a média, pois metade da população analisada recebe salários consideravelmente inferiores à média.

A partir da análise da mediana, verifica-se que metade da população com alguma deficiência recebia salário de até R$ 1.500,00 referente ao seu trabalho principal, e esta renda mediana é menor que da população sem deficiência em R$ 300,00. O salário mediano das pessoas com deficiência motora era de R$ 1.800,00, maior salário mediano entre todos os quatro tipos de deficiência. Metade da população com deficiência visual recebia até R$ 1.500,00. Os menores salários medianos eram recebidos pelas pessoas com deficiência auditiva e intelectual/mental, R$ 1.300,00 e R$ 1.330,00, respectivamente.

A renda média do trabalho principal da população com alguma deficiência era de R$ 3.036,82. Das pessoas sem deficiência era maior em R$ 387,58, valor de R$ 3.424,40. A renda média das pessoas com deficiência visual era de R$ 3.089,54; com deficiência motora R$ 2.727,08; das pessoas com deficiência auditiva R$ 2.626,24.[17]

[17] Não foi possível medir a renda das pessoas com deficiência intelectual/mental pois a estimativa não era precisa em razão do baixo número de casos encontrados na pesquisa.

Gráfico 11 - Diagrama de caixa da renda do trabalho principal de pessoas com e sem deficiência, por tipo de deficiência. Distrito Federal, 2018

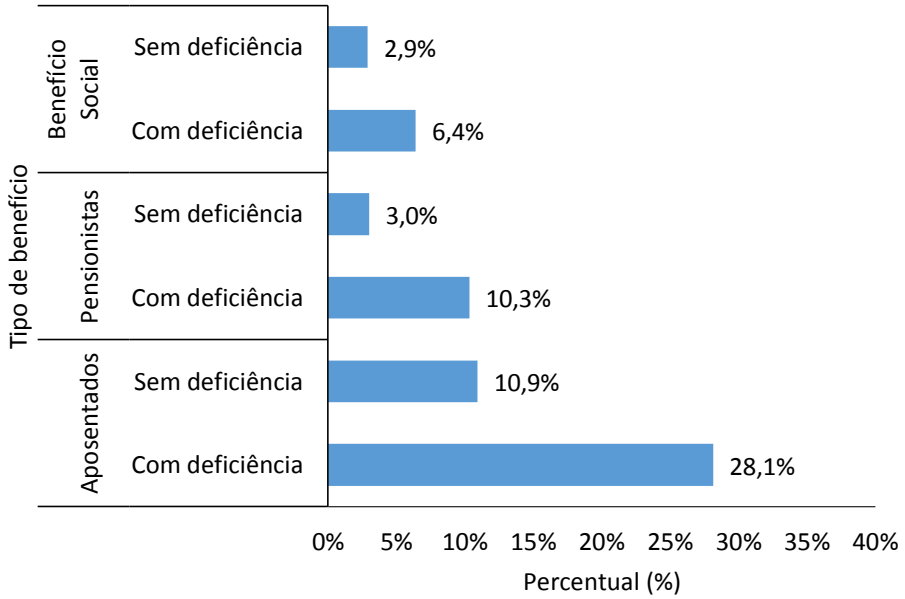


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

3.2.6. Tipo de benefício

O percentual de pessoas com deficiência que recebiam aposentadoria era de 28,1%, 10,3% pensionistas e 6,4% beneficiários de programas sociais como o Beneficio de Prestação Continuada, Bolsa Família e outros. Já entre as pessoas sem deficiências, essas proporções eram menores. A maior diferença ocorre em relação à aposentadoria; o percentual de pessoas sem deficiência que estavam aposentadas é menor que das PcD em 17,2 pontos percentuais.

Gráfico 12 - Percentual de pessoas com e sem alguma deficiência, por tipo de recebimento de benefício social, aposentadoria ou pensão. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

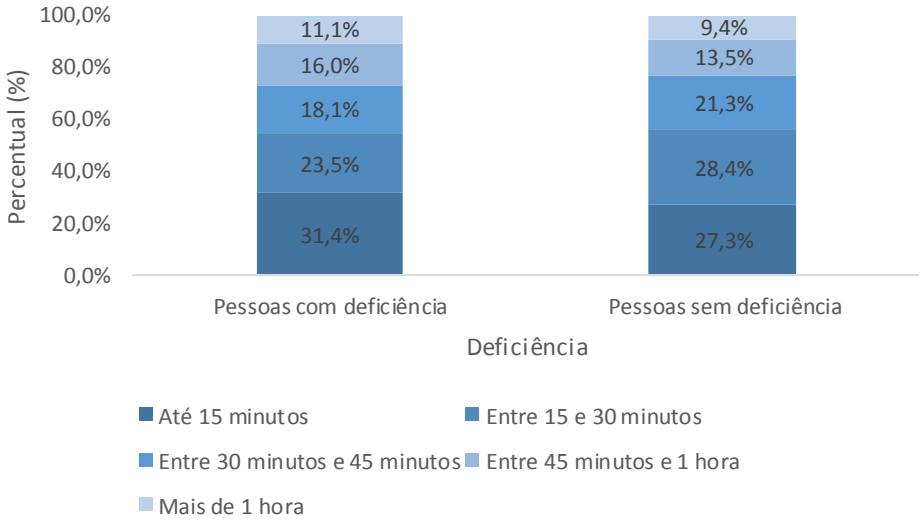
3.3. Condições de mobilidade urbana das pessoas com deficiências

3.3.1. Tempo de deslocamento casa-trabalho

O tempo de deslocamento casa-trabalho para as pessoas com deficiência era de até 15 minutos para 31,4% delas e entre 15 e 30 minutos para 23,5% dessa população. Ou seja, pode-se afirmar que mais da metade da população com deficiência, 54,9%, gastava até 30 minutos para chegar ao trabalho; enquanto 18,1% despendia no trajeto casa-trabalho entre 30 a 45 minutos. A proporção de pessoas que gastava mais de 1 hora era consideravelmente menor que as demais, 11,1%.

Já para as pessoas sem deficiência, mais da metade delas, 55,7%, também gastavam até 30 minutos para chegar ao trabalho; 21,3% gastavam de 30 a 45 minutos, 13,5% entre 45 minutos e 1 hora, e 9,4% demoravam mais do que 1 hora no trajeto casa-trabalho.

Gráfico 13 - Percentual de pessoas com alguma deficiência, por tempo de deslocamento de casa até o trabalho. Distrito Federal, 2018



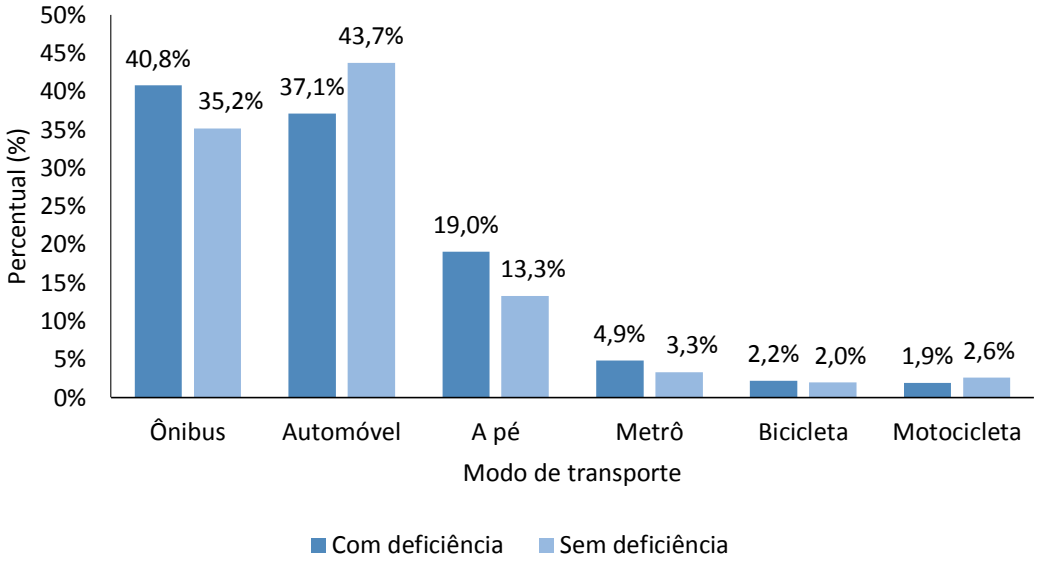
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

3.3.2. Meio de transporte utilizado no descolamento casa-trabalho

Pessoas com deficiência, no Distrito Federal, apresentam maior dependência do transporte público para o deslocamento casa-trabalho do que pessoas sem algum tipo de deficiência. As pessoas com deficiência, se locomoviam mais a pé e de metrô em comparação com as sem deficiência (Gráfico 14).

O meio de transporte mais utilizado pelas pessoas com deficiência era o ônibus, 40,8%. Os automóveis eram o segundo, 37,1%. Ao mesmo tempo, 19,0% dessas pessoas se locomoviam a pé de casa até o trabalho. Metrô, bicicleta e motocicleta são os meios de transportes menos utilizados por essa população, juntos totalizavam 9,0%. Entre as pessoas sem deficiência, o automóvel era o meio de transporte mais utilizado, 43,7%. Em seguida, vinham os ônibus, com 35,2% da população utilizando esse meio de transporte para se locomover até o trabalho.

Gráfico 14 - Percentual de pessoas com e sem alguma deficiência, modo de transporte utilizado para ir ao trabalho. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

4. DISCUSSÃO

Sobreviver ao envelhecimento é estar diante de dificuldades cada vez maiores com as funcionalidades do corpo. As doenças, lesões e doenças crônicas que acometem e se acumulam ao longo da vida refletem o maior risco de deficiências na população idosa. Ainda, a literatura ressalta que a proporção de pessoas idosas com deficiência é maior nos países de baixa renda do que nos de alta renda. A pobreza pode levar ao surgimento de problemas de saúde associados a deficiências, ou aumentar a probabilidade de que uma pessoa com problemas de saúde já existente se torne deficiente, devido a um ambiente sem acessibilidade ou com a falta de acesso aos devidos serviços de saúde e reabilitação (OMS, 2012).

A superior mortalidade de homens em relação a mulheres pode contribuir para que a prevalência de deficiências seja maior entre as pessoas do sexo feminino, não só porque há mais mulheres do que homens na população, mas porque há um maior número de mulheres que chegam a idades avançadas (ALMEIDA, 2019; IBGE, 2010; OMS, 2012). Essa evidência deve ser levada em consideração ao se pensar políticas públicas, pois mulheres com deficiência podem estar expostas a múltiplas formas de desigualdade, por exemplo, a de gênero e a de barreiras incapacitantes devido à deficiência (OMS, 2012; ONU, 2019). Alternativas que garantam o desenvolvimento completo e o empoderamento dessas mulheres devem ser consideradas nas políticas que forem implementadas no Distrito Federal.

Em termos de escolaridade e empregabilidade, observou-se que a população com deficiência se encontra em situação desfavorável à população sem deficiência. É possível que os resultados positivos relacionados à educação quanto a frequência à escola estejam relacionados, em parte, às diversas legislações, planos e políticas educacionais, que asseguraram a inclusão educacional dessas pessoas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008,[18] e, mais recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Os dados sobre o mercado de trabalho indicam que há demanda para a atuação pública, privada e da sociedade civil voltada para a inclusão da população com deficiência no mercado laboral. A proporção de pessoas com deficiência empregadas no Distrito Federal era inferior a das sem deficiência em, aproximadamente, 22,1 pontos percentuais. Além disso, 19,5% das pessoas com alguma deficiência que estavam desempregadas e não possuíam outra fonte de renda, como aposentadoria, pensão ou benefício social, afirmaram ter procurado trabalho nos 30 dias anteriores à data de referência da pesquisa.

Em 2018, 55,8% das empresas do Distrito Federal não cumpriam a cota estabelecida na Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991,[19] segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, 2019). A ONU (2019) destaca que países de baixa renda podem ter dificuldades no cumprimento do

[18] Texto disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192, acesso em: 11 fev. 2020.

[19] Estabelece que toda empresa com 100 ou mais empregados deve preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, dependendo do tamanho da empresa. Empresas com até 200 empregados precisam preencher esse número com até 2% de pessoas com deficiência, empresas que possuem de 201 a 500 empregados, 3%; de 501 a 1.000, 4% e mais do que 1.001 empregados, 5%.

sistema de cotas uma vez que o contingente de pessoas que trabalham no mercado informal é alto. Inclusive, os resultados para o Distrito Federal mostram que 41,8% das pessoas com deficiência que trabalham não possuem carteira de trabalho assinada.

Em relação a mobilidade urbana, a PDAD 2018 permite a análise do tempo de deslocamento e dos tipos de transporte utilizados de casa até o trabalho. O tempo de deslocamento das pessoas com deficiência até o trabalho é próximo das pessoas sem deficiência. Três meios de deslocamento até o trabalho são os mais utilizados pelas pessoas com deficiência: ônibus (40,8%), automóvel (37,1%) e a pé (19,0%). A baixa acessibilidade ao transporte público é uma barreira para a inclusão plena dessas pessoas, uma vez que limita o ingresso e permanência à escola, ao mercado de trabalho, o acesso a estabelecimentos de saúde, cultura, lazer e ao completo exercício de direitos (MOURA; MOURA, 2016; ONU, 2019).

Sabe-se que há iniciativas no âmbito distrital para responder aos desafios de inclusão de pessoas com deficiência. Foi recentemente instituída a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência,[20] com atribuições[21] de formular, definir e coordenar políticas e diretrizes de proteção e inclusão das pessoas com deficiência e zelar pelo cumprimento da Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009. Vinculada a essa secretaria há o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal,[22] órgão consultivo e de participação social colegiado de representação do segmento das pessoas com deficiência no Distrito Federal.

Destacam-se como instrumentos distritais relevantes no âmbito das políticas para PcD: i) a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência,[23] um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência; ii) Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e da Pessoa com Deficiência,[24] destinado a assegurar a integração social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas acometidas por limitações físico-motoras, mentais, visuais, auditivas ou múltiplas que as tornem hipossuficientes para a regular inserção social; iii) a Política de primeiro emprego para os jovens com deficiência auditiva,[25] instituída por meio da Lei Distrital nº 6.494, de 12 de fevereiro de 2020; e, por fim, iv) o Plano Distrital de Educação (GDF, 2015), que estipulou medidas de especial atenção para crianças e adolescentes com deficiência, ao garantir prioridade na matrícula e no atendimento em todas as etapas de ensino da rede pública, além de incluir metas para a universalização do ensino específico para pessoas com deficiência e de capacitação profissional para os docentes que atuam diretamente com esses alunos.

Por fim, há também algumas iniciativas como programas e serviços do Poder Público, sobre as quais ainda são necessários desenvolver avaliações de implementação e de resultados. São elas:

1. **Serviços de Acolhimento Institucional em Residências Inclusivas para Pessoas com Deficiência:**[26] Ofertado em conjunto com a sociedade civil por intermédio da rede complementar da Secretaria de Desenvolvimento Social

[20] Ato normativo disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/44732831201445089fc0d02a7ae94f3b/Lei_6372_2019.html. Acesso em: 03 dez. 2019.
[21] Essas e as demais atribuições estão listadas no art. 3º da Lei Distrital nº 6.372, de 11 de setembro de 2019.
[22] Disponível em: http://www.mulher.df.gov.br/conselho-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/. Acesso em: 03 dez. 2019.
[23] Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/60186/Lei_4317.html. Acesso em: 03 dez. 2019.
[24] Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/54438/Lei_3939.html#art1_par. Acesso em: 03 dez. 2019.
[25] Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/02_Fevereiro/DODF%20030%2012-02-2020/DODF%20030%2012-02-2020%20INTEGRA.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.
[26] Disponível em: http://www.sedes.df.gov.br/rede-complementar. Acesso em: 14 abr. 2020.

(SEDES), tem como objetivo oferecer proteção integral, promovendo a autonomia, trabalhando com as potencialidades e com o desenvolvimento de capacidades dos acolhidos.

2. **Programa Brasília Mais Jovem Candango:**[27] é um serviço de proteção social básica, de convivência e fortalecimento de vínculos que garante a promoção da integração dos jovens ao mercado do trabalho, que segue a metodologia de um programa de aprendizagem, em conformidade com a CLT, com vagas destinadas para pessoas com deficiência. É coordenado pela Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes (SUBPCA).
3. **Programa DF Inclusivo:**[28] O programa, coordenado pela Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência, será responsável pelo desenvolvimento de ações intersetoriais para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Além da Sejus, fazem parte do Grupo Executivo as seguintes secretarias: Saúde, Cultura e Economia Criativa, Esporte e Lazer, Trabalho, Educação, Transporte e Mobilidade, Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento Urbano e Habitação e a Casa Civil.

[27] Disponível em: https://jovemcandango.org.br/. Acesso em: 03 dez. 2019.
[28] Disponível em: http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2020/02_Fevereiro/DODF%20025%2005-02-2020&arquivo=DODF%20025%2005-02-2020%20INTEGRA.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo caracterizar a população com deficiência do Distrito Federal em relação ao perfil sociodemográfico, aspectos de emprego e deslocamento casa-trabalho, a partir dos dados da PDAD 2018. Pôde-se notar que a prevalência de pessoas com deficiência era maior nas RAs de média-baixa e baixa renda, entre a população feminina e idosa. Os tipos de deficiências predominantes entre a população do Distrito Federal eram a visual e motora, respectivamente. A proporção de pessoas com deficiência que tem acesso à planos de saúde é ligeiramente inferior, às pessoas sem deficiência. Ainda, se observou que cerca de metade da população com deficiência utiliza transportes públicos (ônibus e metrô).

Em relação a escolaridade e empregabilidade, observou-se que a população com deficiência se encontra em situação desfavorável à população sem deficiência. Os resultados positivos relacionados à educação são que um contingente significativo de PcD possuíam o ensino médio completo e que o percentual de PcD, com menos de 25 anos que estava frequentando a escola era ligeiramente superior ao da população sem deficiência. Ainda que alguns avanços possam ter sido notados no campo da educação básica, o mesmo não pôde ser observado com relação à educação superior. Em relação ao mercado de trabalho, a diferença entre a população com deficiência e sem deficiência que está ocupada chega a 22 pontos percentuais; apenas 1/3 de PcD estão ocupados. O grupo de pessoas com deficiência intelectual/mental era aquele com menor proporção de pessoas trabalhando, enquanto o grupo daquelas com deficiência visual eram as que estavam proporcionalmente mais empregadas.

O texto evidencia a necessidade de ações concretas para fornecer serviços adequados a pessoas com deficiência. No campo da empregabilidade das pessoas com deficiência, alternativas como treinamento profissionalizante, preparação para entrada no mercado de trabalho, aconselhamento e apoio na interlocução entre candidato-empresa são exemplos de ações que devem ser consideradas para esse público (OMS, 2012; ONU, 2019). O aumento do acesso das PcD ao ensino superior também pode fazer parte da estratégia de qualificação para o mercado de trabalho. Os sistemas de cotas são utilizados por pelo menos 99 países para melhorar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Aliadas a esse sistema, políticas antidiscriminatórias, que busquem garantir que o local de trabalho seja adaptado às necessidades dessas pessoas, podem ser relevantes (ONU, 2019). No âmbito do acesso ao transporte, é preciso promover a melhoria da acessibilidade à infraestrutura de transporte público (OMS, 2012, p.186). A legislação brasileira em prol da mobilidade urbana acessível tem avançado nos últimos anos. Tornar os veículos acessíveis é importante, mas não é suficiente; também é necessário prezar pela acessibilidade da infraestrutura urbana, como dos pontos de parada, passeio público, terminais e rodoviárias e do próprio transporte, como, o acesso adequado às plataformas dos trens e metrôs (CARVALHO, 2015).

A partir do apontado neste estudo, serão bem-vindas investigações que explorem: i) os motivos da significativa diferença de acesso ao ensino superior entre as pessoas com e sem deficiência no DF; ii) como tem se dado o cumprimento da Lei Federal nº 8.213/1991 no DF e os motivos que facilitam ou não o cumprimento dessa lei; iii) a qualidade da acessibilidade dos meios de transporte utilizados pelas pessoas com deficiência no DF e sobre o acesso delas aos espaços voltados para o ensino, cultura, saúde e demais atividades sociais; e iv) a percepção de PcD sobre a acessibilidade dos espaços públicos.

Quaisquer respostas para os desafios de inclusão econômica e bem-estar social de PcD demandam ação conjunta de órgãos de governo, Poder Legislativo e de outras representações da sociedade. Entregar serviços públicos de qualidade para esse segmento populacional por meio de boas políticas públicas dependem de aprendizado institucional sobre o tema e sobre o perfil e as experiências desse grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Statistical Methods for the Social Sciences**. 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2009.

ALMEIDA, L. D. A. **Deficiência e desigualdades no Brasil: pobreza, inserção no mercado de trabalho e renda**. 2019. 382 f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BOTELHO, Luanda; PORCIÚNCULA, Karina. **Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência - ontem, hoje e amanhã**. *In*: SIMÕES, A; ATHIAS, L; BOTELHO, L (Org.). Panor. Nac. e Int. Produção Indicadores Sociais Grup. Popul. específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 114-167.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. [S.l: s.n.]. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.

CARVALHO, Carlos. **Políticas de melhoria das condições de acessibilidade do transporte urbano no Brasil**. Discussion Papers. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

DISTRITO FEDERAL, **Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=a67c782d75ed48168d81521d566eeac2. Acesso em: 10 mar. 2020.

GDF, Governo do Distrito Federal. **Plano Distrital de Educação: 2015-2024**. Brasília - DF, 2015. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde_15_24.pdf. Acesso em: 06 dez. 2019.

GRUPO DE WASHINGTON SOBRE ESTATÍSTICAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **The measurement of disability recommendations for the 2010 round of censuses**. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, [2010]. 6 p. Disponível em: http://www.washingtongroup-disability.com/wp-content/uploads/2016/02/recommendations_for_disability_measurement-1.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

IBGE. **Características Gerais da População, Religião e Pessoas Com Deficiência**. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Características gerais da População, religião e pessoas com deficiência**. Rio de janeiro, 2012.

MOURA, Nághela Gonçalves de; MOURA, Nathália Gonçalves de. **As consequências da não elaboração do plano de mobilidade urbana na vida de munícipes com deficiência**. GeoGraphos. Revista Digital para Estudiantes de Geografía y Ciencias Sociales. [S.l: s.n.], 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Deficiência (World Report on Disability). The World Bank**. Tradução: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf. Acessado em 10.03.2020.

ONU. Department of Economic and Social Affairs. **Guidelines and principles for the development of disability statistics.** New York, 2001. 182 p. (Statistics on special population groups. Series Y, n. 10). Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesY/SeriesY_10e.pdf. Acesso em: jan. 2018.

ONU. **Disability and Development Report: Realizing the Sustainable Development Goals by, for and with persons with disabilities**. New York: [s.n.], 2019.

RON, Larson. BETSY, Farber. **Estatística aplicada**. Tradução: José Fernando Pereira Gonçalves ; revisão técnica Manoel Henrique Salgado. -- São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO. **Cota PcD/Reabilitados - Informações estatísticas sobre a reserva legal de vagas para pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da previdência social (Lei nº 8.213/91, art. 93)**. Disponível em: https://sit.trabalho.gov.br/radar/. Acesso em: 09 dez. 2019.

TRIOLA, MARIO F. **Introdução à Estatística**. 10ª Edição. Editora LTC. 2008.

APÊNDICE

Apêndice A - Tabelas de informações para pessoas sem deficiência

Tabela A.1 - Percentual de pessoas sem deficiência por estado civil. Distrito Federal, 2018

Estado Civil	%
Casado/união estável	41,8%
Solteiro	20,3%
Separado/Desquitado	5%
Viúvo	2,9%
União consensual	29,9%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Tabela A.2 - Percentual de pessoas sem deficiência por arranjo familiar. Distrito Federal, 2018

Arranjo Familiar	%
Casal sem filho(s) com parente(s) e/ou agregado(s)	2,4%
Unipessoal	3,4%
Composto	6,0%
Casal sem filho(s)	8,3%
Monoparental com parente(s) e/ou agregado(s)	10,4%
Monoparental	10,8%
Casal com filho(s) com parente(s) e/ou agregado(s)	12,7%
Casal com filho(s)	46,0%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Apêndice B - Número e percentual de pessoas com deficiência por RA

Tabela B.2 - Número absoluto e percentual de pessoas com deficiência por Região Administrativa. Distrito Federal, 2018

Região Administrativa	Número de pessoas com deficiência	% de pessoas com deficiência em relação a população total da RA
Plano Piloto	8.172	3,7%
Gama	10.450	7,9%
Taguatinga	10.816	5,3%
Brazlândia	3.032	5,7%
Sobradinho	2.618	4,4%
Planaltina	5.553	3,1%
Paranoá	2.823	4,3%
Núcleo bandeirante	1.314	5,6%
Ceilândia	24.984	5,8%
Guará	7.372	5,5%
Cruzeiro	1.230	4,0%
Samambaia	13.528	5,8%
Santa Maria	7.300	5,7%
São Sebastião	4.814	4,2%
Recanto das Emas	9.238	7,1%
Lago Sul	733	2,5%
Riacho Fundo	2.615	6,3%
Lago Norte	881	2,7%
Candangolândia	842	5,1%
Águas Claras	3.978	2,5%
Riacho Fundo II	5.276	6,2%
Sudoeste/Octogonal	1.218	2,3%
Varjão	798	9,1%
Park Way	441	2,2%
SCIA-Estrutural	1.132	3,2%
Sobradinho II	2.619	3,1%
Jardim Botânico	951	3,6%
Itapoã	2.762	4,4%
Vicente Pires	1.867	2,8%
Fercal	319	3,7%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.
Nota: A RA SIA foi desconsiderada na análise. Trata-se de uma Região Administrativa com características industriais.

Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br